



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de sanção da Lei do  
Direito Autoral e da Proteção da Propriedade  
Intelectual de Programa de Computador*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE FEVEREIRO DE 1998

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro Weffort; Senhor Ministro Vargas; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram, das Relações Exteriores, Chefe da Casa Civil; Senhores Líderes e Relatores; Senadores Deputados, a maioria dos quais já foi designada anteriormente, aqui, que nos dão a honra da presença; Senhores e Senhoras Representantes da comunidade científica, da comunidade artística; Senhoras e Senhores,*

Eu falarei muito pouco porque creio que o essencial foi dito pelos Ministros que me antecederam. Primeiro, se me permitem, eu gosto sempre de misturar um pouco as solenidades com coisas um pouco até, às vezes, pequenas, pessoais, mas a mim me dá uma grande alegria, hoje, poder firmar aqui uma lei que regulamenta a questão da propriedade intelectual, no que diz respeito ao *software*.

Aí eu queria só me referir a dois pequenos fatos: um, é que eu sou da época pré-*software*. Muito pré-*software*. Recordava-me, enquanto firmava esta lei, de que, quando me iniciei fazendo alguns trabalhos de pesquisa, na Universidade de São Paulo, isso na década de 50 – e o

Vargas já era Professor naquela época – nós tínhamos que fazer alguns esforços para a introdução de certas técnicas estatísticas na análise de problemas sociais, e era uma enorme dificuldade. Nós, evidentemente, tínhamos curso de Estatística, tínhamos curso de Análise Matemática. Para mim foi muito difícil – e o professor Weffort era tão ruim quanto eu na matéria –, fazia-se um grande esforço para entender alguma coisa, mas havia um momento em que era preciso fazer uma aplicação prática daquilo.

Na época, havia um livro, nos Estados Unidos, famoso, e outros de outros autores, que eram os primeiros sociólogos, os primeiros, não, mas eram sociólogos americanos que estavam utilizando técnicas de análise matemática um pouquinho mais sofisticadas e de análise estatística, fazendo escalas e não-sei-quê. E eu lia esses livros, e não entendia quase nada, tinha muita dificuldade. Pedi apoio aos meus professores de Estatística, que não tinham a menor noção do assunto, porque não havia familiaridade entre os modelos que se estavam criando e as práticas de análise. Notadamente na Faculdade de Economia, havia um professor, inglês, excelente professor de Estatística, que sabia um pouco mais das coisas.

Bom, então, quando eu fui tentar pôr em prática isso, tínhamos que operar os computadores. Não eram computadores. Eram aquela máquina separadora – eu não sei nem o nome – e você tinha que perfurar as fichas à mão, depois entrava naquela maquininha e tinha um aparelhinho, que contava os bolinhos de fichas que caíam e a gente anotava, à mão, o resultados dos cruzamentos. E isso, pelo menos na minha época, só se fazia na Faculdade de Medicina, porque lá havia um professor chamado Saad, que depois foi Presidente da Fapesp e Reitor da Unesp, que entendia um pouco das coisas, como a Doutora Elza Berquó, a qual depois trabalhou conosco. O computador era o utilizado para pagamento de pessoal. Então, nós tínhamos que ir à parte da administração para tentar utilizar uma técnica desse tipo.

Bem, isso era o Brasil dos anos 50. Nos anos 60, na França, não era diferente. Hoje, não está aqui uma pessoa que trabalha comigo, o Professor Luciano Martins, mas eu tentei com o Luciano – e até eu sabia

um pouquinho mais, porque tinha tido essa experiência lá de São Paulo, também – fazer um trabalho que nós escrevemos, eu escrevi um, ele escreveu outro, utilizar, enfim, um instrumental para análise científica.

Também na Universidade de Nanterre, era na administração que nós íamos para poder utilizar um computador, até que eu descobri, por um amigo meu, argentino, que trabalhava com isso no aeroporto de Orly, que era o aeroporto que se utilizava, que lá havia uma capacidade um pouco melhor de análise. Isso foi ontem.

Hoje, nós estamos aqui no Brasil regulando *software*, e o Ministro Vargas acaba de dizer que nós estamos vendendo *software* para robô – 25 milhões de dólares. Não é muito, mas é alguma coisa. Então, o salto é imenso. Quer dizer, no decorrer de uma vida, nós passamos da era da absoluta inexistência de qualquer instrumental de análise mais sofisticada, em matéria de computação, para a regulação da produção intelectual, nem mais de *hardware*, mas de *software*. Quer dizer, isso é uma coisa extraordinária.

É compreensível, por isso mesmo, que nós, brasileiros, tenhamos apanhado muito nessa matéria. Muitos de nós, eu inclusive, defendemos a antiga lei de informática como a salvação de tudo, porque nós achávamos que tínhamos que recriar a pólvora e achávamos que era preciso, então, uma proteção à competição e refazer tudo aqui. Os dados mostram, como disse o Ministro Vargas, que, com a mudança da nossa atitude, houve um aumento da produção.

Já, como Senador, pude participar, juntamente com o então Senador Nelson Wedekin e com o Senador Roberto Campos, de uma tentativa de modificação dessa matéria. E eu me recordo de que eu era líder do MDB e indiquei o Senador Nelson Wedekin para ser o relator. O Senador Roberto Campos ficou assustadíssimo, porque tanto eu quanto o Wedekin tínhamos uma visão – o Senador Roberto Campos acha a mesma coisa hoje – uma visão que não era o que vocês, hoje, chamam de neoliberal. E não é até hoje. Então, ele tinha medo de que nós não fôssemos capazes de entender o processo necessário de abertura. Nós fomos capazes, entendemos e começamos a modificar uma série de regulamentos.

O Ministro Vargas mencionou o fato de que, quando eu estava no Ministério das Relações Exteriores, pude participar, juntamente com ele, com o Ministro Eduardo Vieira e outros mais, de uma mudança mais recente, no que diz respeito à concepção geral do Brasil sobre propriedade intelectual.

Custou-nos mudar essa concepção, e muitos parlamentares participaram desse enorme esforço de revisão da nossa mentalidade. Aí eu me empenhei já mais a fundo, porque já foi na década de 90, eu estava muito longe da década de 50, tinha entendido que o mundo havia mudado e que nós também precisávamos, enfim, mudar as nossas concepções, as nossas práticas, a nossa legislação.

E, hoje, eu estou quase finalizando, ao assinar esta lei sobre o *software*, o conjunto de medidas necessárias, porque nós temos a lei de patentes, temos a lei de cultivares, que permite também a mesma coisa no que diz respeito à parte agronômica, e falta, ainda, algo na lei da biodiversidade, não exatamente no mesmo âmbito, mas nós precisamos trabalhar nessa matéria. Falta alguma sobre circuito integrado, eu supinho. Enfim, falta, ainda, alguma regulamentação que permita, realmente, garantir a criatividade intelectual e assegurar os direitos àqueles que produzem, intelectualmente.

De modo que o percurso foi um pouco vagaroso, talvez, mas está sendo feito, no decorrer de algumas décadas, para o Brasil, realmente, se colocar em condições de competir de maneira produtiva e criativa.

É claro que, no que diz respeito, mais especificamente, à lei do Direito Autoral, isso, na nossa tradição de produção artística, como disse o Ministro Vargas, é muito maior, nós já temos uma longa tradição de problemas grandes e precisávamos enfrentar as dificuldades todas. O Ministro Weffort chamou a atenção, porque é essencial. Foi um debate extremamente aberto, extremamente democrático, que implica, naturalmente, conceder aqui, ali, avançar um pouco, não avançar tudo o que se deseja, mas compor um conjunto de regulamentos. Eu creio que os deputados aqui presentes, notadamente o Aloísio Nunes Ferreira, que me escreveu uma carta, pediram para eu não vetar nada, mas muitos pediram. Isso mostra, exatamente, que o Deputado Aloísio sabe, e

mais outros parlamentares, que isso foi uma composição complexa. O Governo achou melhor deixar essa composição complexa como está, com apenas um ou outro reparo técnico, menor, porque mais tarde, se houver algum inconveniente, corrige-se.

Eu acho que, por consequência, nós podemos dizer que, ao firmar estes dois diplomas legais, hoje, nós estamos dando um avanço grande quanto ao respeito que nós temos que ter ao criador intelectual, a que se garantem os direitos, a liberdade de criatividade, a expansão do espírito.

Sabe-se que, hoje, cada vez mais os bens culturais são bens econômicos, têm repercussão na área econômica. Nós precisamos, também, por essa razão, embora ela não seja única e, muitas vezes, nem é a principal, garantir condições que permitam investimentos maiores, mas nós não podemos deixar que esse investimento liquide o direito e até os interesses materiais do produtor individual, da pessoa que realmente está produzindo, porque essas áreas, seja em ciências e tecnologias, seja na área cultural – se bem que, como todo produto humano, seja um produto social e, portanto, depende de relações, de instituições, etc. –, são áreas nas quais chega um momento em que a imaginação individual é insubstituível, que, portanto, tem que ser, também, valorizada devidamente, porque é assim mesmo.

Quer dizer que são áreas em que vale alguém que descobre, que inventa, que imagina, que cria, não é? Daí o exemplo de que a Brigitte Bardot, sozinha, vale mais do que a Renault. Eu digo isso sem pedir desculpas aos diretores da Renault, porque eu prefiro a Brigitte Bardot do que o Renault.

Mas, eu acho que, realmente, é necessário preservar, também, tudo que diz respeito à criatividade. Eu espero que estas leis que nós, hoje, estamos assinando, dado que elas foram produtos dessa discussão imensa na comunidade científica, cultural e com o Congresso, alcancem esses objetivos e, certamente, alguma falha que possa ocorrer, juntos, em cooperação, nós a corrigiremos.

Muito obrigado aos senhores.